



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2017.0000843336

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1002187-05.2016.8.26.0292, da Comarca de Jacareí, em que são apelantes JOSÉ ROBERTO DE CARVALHO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) e FELIPE JOSE FACCHIN SIQUEIRA DE CARVALHO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), são apelados ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A e ARMANDO ERNESTO DE LEMOS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT (Presidente) e MOURÃO NETO.

São Paulo, 24 de outubro de 2017.

ANA CATARINA STRAUCH

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Recurso interposto sob a égide do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

Apelação Cível nº: 1002187-05.2016.8.26.0292

Apelante: FELIPE JOSÉ FACCHIN SIQUEIRA DE CARVALHO E OUTRO.

Apelado: ARMANDO ERNESTO DE LEMOS E ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A.

MM. Juiz de Direito Dr. Luiz Fellippe de Souza Marino.

Comarca: Jacareí – 3ª Vara Cível.

VOTO Nº 8376

**APELAÇÃO – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS –
ACIDENTE DE TRÂNSITO – Atropelamento em
calçada – Lesão corporal grave – Culpa do motorista
caracterizada, o que enseja a obrigação de indenizar –
Adequado, razoável e proporcional o 'quantum'
arbitrado a título de danos morais - Possibilidade de
condenação solidária da seguradora, limitada ao valor
da apólice – Súmula nº 537 do STJ – Apólice que exclui
a cobertura para danos morais - Sentença mantida –
RECURSO DESPROVIDO.**

Vistos.

A r. sentença de fls. 418/425, cujo relatório se adota, na *Ação de Reparação de Perdas e Danos Materiais e Morais* ajuizada por ARMANDO ERNESTO DE LEMOS em face da FELIPE JOSÉ FACCHIN SIQUEIRA DE CARVALHO (condutor) e de JOSÉ ROBERTO DE CARVALHO (proprietário), julgou parcialmente procedente os pedidos nos seguintes termos: “condenar os réus ao pagamento de compensação por danos morais em favor do autor no valor de R\$ 20.000,00 acrescido de juros simples de 1% ao mês a partir da

citação e correção monetária pela tabela do TJ/SP a partir desta data e condenar os réus ao pagamento de lucros cessantes no valor de R\$ 2.280,00, por mês, no período compreendido entre 08/03/2013 até 19/09/2013, acrescido de correção pela tabela do TJ/SP a partir de cada mês e juros de 1% aos meses a partir da citação. Condeno o lidisdencunciado a ressarcir os valores pagos a título de lucros cessantes aos réus. Condeno o autor ao pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 5% do valor atribuído à causa, atualizado pela tabela do TJ/SP a partir da propositura da demanda, em favor do advogado dos réus Arnaldo e Felipe. Suspendo a condenação com base na gratuidade de justiça. Condeno o réu ao pagamento de 50% das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor da condenação em favor do advogado do autor. Suspendo a condenação com base na gratuidade de justiça.”

Às fls. 429/432, o autor e a litisdenunciada apresentaram acordo, no qual esta se comprometeu em pagar o valor de R\$ 20.000,00, correspondendo R\$ 14.000,00 pelo lucro cessante e R\$ 6.000,00 referente à verba honorária sucumbencial.

Apelam os réus Felipe e José Roberto postulando a condenação da denunciada solidariamente no pagamento dos danos morais, pela ausência de exclusão na apólice contratada, bem como pela redução do *quantum* indenizatório a título de danos morais e pela condenação da denunciada no pagamento dos honorários advocatícios, pois houve resistência aos pedidos dos apelantes (fls. 433/454).

Contrarrazões apresentadas pelo autor às fls. 461/466.

É o relatório.

Inicialmente, exercido o juízo de admissibilidade em cumprimento ao disposto no art. 1.010, § 3º do CPC, vale consignar que o presente

recurso deve ser conhecido, pois é tempestivo e está devidamente preparado.

De plano, destaque-se, ademais, que esta Decisão Colegiada se limita a apreciar a matéria efetivamente impugnada, em conformidade com o teor do art. 1.013, *caput*, do CPC.

Trata-se de *Ação de Reparação de Perdas e Danos Materiais e Morais* ajuizada por ARMANDO ERNESTO DE LEMOS em face da FELIPE JOSÉ FACCHIN SIQUEIRA DE CARVALHO (condutor) e de JOSÉ ROBERTO DE CARVALHO (proprietário), objetivando ser indenizado pelos lucros cessantes no valor de R\$ 41.040,00, pelos danos materiais no importe de R\$ 6.925,00 e pelos danos morais no valor de R\$ 20.000,00, em decorrência do acidente de trânsito que sofreu em 08.03.2013.

O autor alega que estacionou seu veículo em via pública e, ao realizar uma ligação celular na calçada, foi atropelado pelo corréu Felipe, que conduzia o veículo pertencente ao corréu José Roberto, e na sequência o veículo colidiu com o seu automóvel que estava estacionado.

Compulsando os autos, verifica-se que o autor e a litisdenunciada se compuseram amigavelmente quanto à condenação em lucros cessantes, permanecendo em discussão a condenação dos réus (Felipe e José Roberto) em danos morais.

Observa-se que o objeto do recurso de apelação interposto pelos réus (Felipe e José Roberto) reside exclusivamente em apreciar a condenação da denunciada, solidariamente, no pagamento dos danos morais, bem como a redução do *quantum* indenizatório a título de danos morais, com a condenação desta no pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais.

Neste contexto, da leitura da sentença em cotejo com

os elementos probantes carreados aos autos, tem-se que não merece qualquer reparo o julgado combatido, pois analisou de forma meticulosa os fatos, procedendo à aplicação da melhor solução ao caso, motivo pelo qual descabe o provimento do pleito formulado nas razões de apelação.

Com efeito. O dano moral se apresenta como aquele mal ou dano que atinge valores eminentemente espirituais ou morais, como a honra, a paz, a liberdade física, a tranquilidade de espírito, a reputação etc.

A indenização por dano moral deve levar em consideração o sofrimento físico, emocional e prejuízo estético sofrido pela vítima. *In casu*, o autor, sofreu fratura de patela do joelho, sendo submetido a osteossíntese, que, posteriormente evoluiu com infecção, que ocasionou a realização de uma cirurgia. O laudo elaborado pelo IML atestou que o autor apresenta limitação da função articular do joelho esquerdo, com edema residual e cicatriz cirúrgica. E concluiu que o autor sofreu incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, com debilidade da função motora e deformidade permanente (fl. 99).

No caso *sub judice*, foi muito bem lançada a sentença ao reconhecer o dano moral experimentado pelo ora apelado, mostrando-se evidente o nexo de causalidade capaz de justificar tal indenização.

Assim, para a fixação da indenização pelos danos morais, o juiz, ao seu prudente arbítrio, deve proceder ao arbitramento de modo que não seja nem inócuo e nem absurdo, devendo sopesar as condições dos envolvidos, as circunstâncias e as consequências do evento danoso. Sua fixação deve, ao mesmo tempo, compensar o sofrimento do lesado e servir de punição ao ofensor, não podendo ser fonte de enriquecimento ilícito para qualquer das partes, mas sim tem que estar de acordo com os critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

In casu, o julgador de Primeira Instância fixou o valor

de R\$20.000,00, o qual merece prevalecer, pois legítimo e adequado diante das particularidades do caso e em observância aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

Esse tema já se encontra consolidado no STJ:

“(…). A indenização por dano moral deve ter conteúdo didático, de modo a coibir a reincidência do causador do dano, sem, contudo, proporcionar enriquecimento sem causa à vítima.” (REsp 521434/TO, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, j. DJ 08/06/2006, p. 120).

Por derradeiro, não há que se falar em condenação solidária da denunciada “Zurich” quanto aos danos morais, uma vez que na apólice de seguro ficou expressamente excluída a sua cobertura (fl. 251), conforme preceitua a Súmula nº 537 do STJ: *“em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice”*.

Portanto, diante das peculiaridades do caso em tela, aliadas às provas dos autos, é de rigor a manutenção da r.sentença, ficando ratificados *in totum* os seus fundamentos, eis que suficientemente motivada.

Levando em conta a sucumbência recursal dos apelantes, condeno-os no pagamento de honorários advocatícios ao patrono da denunciada, fixados em 10% sobre o valor da condenação em danos morais, nos termos do art. 85, §2º e 11§, do CPC/15.

Pelo exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.**

ANA CATARINA STRAUCH
Relatora
(assinatura eletrônica)